



Revista de Gestão Ambiental e
Sustentabilidade

E-ISSN: 2316-9834

revistageas@uninove.br

Universidade Nove de Julho
Brasil

Guardabassio, Eliana Vileide; da Silva Pereira, Raquel; Costa de Amorim, Wilson
Aparecido

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA POR MEIO DO COOPERATIVISMO

Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 6, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 40-
54

Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471655307005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA POR MEIO DO COOPERATIVISMO JOB CREATION AND INCOME FOR COOPERATIVE MIDDLE

Recebido: 13/09/2016

Aprovado: 19/01/2017

¹Eliana Vileide Guardabassio

²Raquel da Silva Pereira

³Wilson Aparecido Costa de Amorim

RESUMO

Este artigo traz os resultados de uma pesquisa exploratória realizada em duas cooperativas de reciclagem de Santo André (SP). Justificou-se em função do crescimento do número de cooperativas no cenário nacional. Objetivou-se verificar as contribuições do cooperativismo para a geração de trabalho e renda, proporcionando transformação social e resgate da cidadania, e contribuir para a sustentabilidade. Foi realizado estudo de caso em duas cooperativas, evidenciando-se os resultados de cada uma. A conclusão foi que o cooperativismo pode ser considerado uma alternativa de geração de trabalho e renda aos trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho. Para as cooperativas estudadas, a prática é positiva, se comparada à realidade anterior de seus cooperados, porém, destacam-se a heterogeneidade de concepções e práticas organizacionais, assim como a dependência do poder público, a impossibilidade de ganho em escala e a inserção de poucas pessoas, haja vista a baixa remuneração.

Palavras-chave: Trabalho Decente; Cooperativismo; Trabalho e Renda.

¹ Doutoranda em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, São Paulo (Brasil). Professora pela Faculdade de Mauá - FAMA, São Paulo (Brasil). E-mail: eliana.vileide@yahoo.com.br

² Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo (Brasil). Gestora do Programa de Pós-graduação em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, São Paulo (Brasil). E-mail: raquelpereira@uscs.edu.br

³ Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo - USP, São Paulo (Brasil). Professor pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC/USP, São Paulo (Brasil). E-mail: wamorim@usp.br



JOB AND INCOME GENERATION BY WAY OF COOPERATIVISM

ABSTRACT

This article presents the results of an exploratory study carried out in two recycling cooperatives in Santo André (SP). It was justified by the growth in the number of cooperatives in the national scene. This study aimed to verify the cooperative contributions to the generation of employment and income, providing social transformation and recovery of citizenship and contributing to sustainability. A case study was conducted in two cooperative showing the results of each. The conclusion was that cooperatives can be considered as an alternative to generate employment

and income for workers who are outside the labour market. For the cooperatives studied, the practice is positive compared to the previous reality of its members; however, it highlights the heterogeneity of concepts and organizational practices, as well as the dependence on the government, the impossibility of gain to scale and insertion few people, given the low payments.

Keywords: Decent Work; Cooperativism; Work and Income.

CREACIÓN DE EMPLEO E INGRESOS POR MEDIO DE COOPERACIÓN

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de un estudio exploratorio realizado en las cooperativas de reciclaje de Santo André (SP). Fue justificada debido al crecimiento en el número de cooperativas en la escena nacional. Este estudio tuvo como objetivo verificar las contribuciones de cooperación para la generación de empleo e ingresos, proporcionando la transformación social y la recuperación de la ciudadanía y contribuir a la sostenibilidad. Este estudio de caso se llevó a cabo en dos cooperativas que muestra los resultados de cada uno. La conclusión fue que la cooperativa puede ser considerada una alternativa para generar empleo e

ingresos para los trabajadores que están fuera del mercado laboral. Para las cooperativas estudiadas, la práctica es positivo en comparación con la realidad previa de sus miembros, sin embargo, pone de relieve la heterogeneidad de los conceptos y prácticas de la organización, así como la dependencia del gobierno, la incapacidad de ganancia a escala y de inserción a pocas personas, dada la baja remuneración.

Palabras clave: Trabajo Decente; Cooperativismo; Trabajo e Ingresos.



INTRODUÇÃO

A economia solidária se constituiu em uma nova forma de organização socioeconômica baseada na cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, em áreas urbanas e rurais. Essa forma mostrou grande expansão no final do século XX como resposta dos trabalhadores ao desemprego e à crescente precarização do trabalho.

O cooperativismo se destaca em crescimento e diversificação, haja vista apresentar como premissas a promoção do desenvolvimento econômico, com base na união de esforços das pessoas, considerando esse seu capital mais valioso; a participação democrática; a solidariedade e gestão autônoma, que busca a prosperidade coletiva e não a individual (OCB, [n.d.]).

A escolha do tema ocorreu em função do crescimento do número de cooperativas de reciclagem no Brasil. A pesquisa Ciclossoft/CEMPRE (2015) mostra que, em 1994, apenas 81 municípios operavam a coleta seletiva e que, em 2014, esse cenário aumenta para 927 municípios com o programa, como alternativa de geração de trabalho e renda para os catadores. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, preconiza o viés social da coleta seletiva e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, com o intuito de integrá-los na cadeia da reciclagem e, dessa forma, promover a cidadania por meio da geração de trabalho e renda (MMA, [n.d.]).

Em muitos casos, esse crescimento se deu concomitantemente a iniciativas de apoio do setor público. Uma das principais estratégias de parceria do poder público com os catadores é a inclusão social e ambientalmente relevante, por meio do suporte à organização em cooperativas, como é o caso do município de Santo André, objeto de estudo.

O objetivo geral da pesquisa foi verificar as contribuições do cooperativismo para a geração de trabalho e renda, proporcionando a transformação social, o desenvolvimento sustentável e o resgate da cidadania.

A pesquisa é exploratória e partiu do seguinte questionamento: Qual é a importância do cooperativismo para a geração de trabalho e renda? Foram analisadas duas cooperativas de trabalho situadas em Santo André (SP), fundadas para atender às necessidades de inclusão social de seus cooperados. As cooperativas são a Coopcicla e a Coop Cidade Limpa.

A revisão da literatura destacou conceitos como os do trabalho decente, economia solidária, cooperativismo. Para o desenvolvimento dessas discussões foram utilizados os estudos da Organização Internacional do Trabalho – OIT, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; Paul Singer; Organização das Cooperativas Brasileiras

– OCB; Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item são tratados conceitualmente os temas vinculados ao trabalho decente, à economia solidária e cooperativismo, e finalmente a atividade relacionada à coleta de resíduos sólidos para reciclagem. Em cada um desses três tópicos a perspectiva adotada é a da aplicação das políticas públicas geradoras de trabalho e renda.

Trabalho Decente

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (2008), empregos verdes são aqueles que minimizam o impacto ambiental de empresas e de setores econômicos para níveis que sejam sustentáveis. Tais ocupações podem ser encontradas em diversos setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes. Elas auxiliam na redução do consumo de recursos, na redução do impacto no meio ambiente e na melhoria da qualidade do produto ou serviço, por meio do fomento da reciclabilidade, minimizando resíduos, protegendo e restaurando os ecossistemas e a biodiversidade.

No Brasil, há os seguintes instrumentos normativos diretamente relacionados com empreendimentos geradores de novos empregos verdes (CNETD, 2012):

- Lei Nº 11.284 (2006) de Gestão de Florestas Públicas;
- Lei Nº 11.445 (5/1/2007), que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;
- Lei Nº 12.187 (29/12/2009), que institui a Política Nacional de Mudança do Clima;
- Decreto Nº 6.874 (2009), Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
- Lei Nº 12.305 (2/8/2010), que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

De acordo com a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, Eixo Temático: Trabalho e Emprego – Empregos verdes e desenvolvimento territorial sustentável (2012, p.144), o desenvolvimento da economia verde possui potencialidade de impacto na erradicação da pobreza por meio da inclusão dos mais pobres no mercado de trabalho. A transição rumo a uma economia sustentável apresenta dois aspectos favoráveis ao



emprego: a economia verde está presente nos setores econômicos primário, secundário e terciário e as atividades relacionadas a essa economia são intensivas em mão de obra.

Segundo levantamento feito pela OIT – Empregos verdes no Brasil (2009), o Brasil possuía, em 2008, 2.653.059 empregos verdes, o que representava 6,7% dos empregos formais. O setor de saneamento e gestão de resíduos apresentava especificamente 303.210 empregos. Observa-se um aumento gradual da participação dos empregos verdes nos últimos anos. O setor de saneamento e gestão de resíduos está tendo grande impulso em termos de investimento público por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e privado (indústria de reciclagem), com uma oferta de emprego formal estimada em cerca de 300 mil, mas o total de pessoas ocupadas nessas atividades deve estar acima de 1 milhão. Destas, podem chegar a 800 mil as que se dedicam à coleta de materiais recicláveis (Muçouçah, 2009, p. 17).

Essas ocupações em sua maior parte não asseguram remuneração adequada, direitos trabalhistas nem alguma proteção social para os trabalhadores que a ela se dedicam. Dessa forma, dificilmente poderiam ser consideradas como trabalho decente nos termos propostos pela OIT.

O conceito de trabalho decente foi proposto pela OIT a partir de 1999 como orientador de políticas públicas nacionais voltadas ao mercado de trabalho. No Brasil, o conceito é parte das propostas de Ministério do Trabalho e Emprego e é definido como um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social (OIT – Agenda Nacional do Trabalho Decente, 2006, p. 5).

Em seu âmbito geral o trabalho decente deve ser premissa para a geração de empregos verdes. Portanto, essa é uma atividade na qual as condições de trabalho merecem especial atenção devido ao seu enorme potencial de criação de novos empregos verdes e decentes, particularmente para as mulheres, que já constituem a maioria nos centros de triagem e processamento de resíduos sólidos mantidos pelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis (CNETD, 2012, p. 145).

Muitos empregos que seriam teoricamente verdes não o são na prática. Isso ocorre quando os empregos verdes não estão pautados nas premissas do

trabalho decente nem da economia sustentável. Como exemplo, há os trabalhos nas usinas de reciclagem, que têm como finalidade a recuperação dos resíduos pós-consumo e sua transformação novamente em matéria-prima, devolvendo-os à cadeia produtiva, minimizando a pressão sobre os recursos naturais. No entanto, muitas vezes, essas atividades envolvem processos poluentes, perigosos e difíceis, causando riscos e danos à saúde humana e ao próprio meio ambiente. Os empregos nesse setor tendem a ser precários e de baixa renda (PNUMA, 2008).

Economia Solidária e Cooperativismo

A economia solidária tem conceitualmente uma perspectiva da atividade humana oposta à capitalista. Ela une capital e trabalho e dá ao trabalhador uma situação totalmente diferente, na qual ele tem a responsabilidade coletiva pela empresa. Ele é um participante ativo, com poder e responsabilidade. Em uma empresa cooperativada o trabalhador é emancipado e, fazendo parte de um todo, não pode ficar alheio ao que acontece (Singer, 2003).

No Brasil, a economia solidária vem acumulando experiências significativas de formação, produção, trabalho, consumo, comercialização e iniciativas artístico-culturais que valorizam o trabalho associado e adotam os princípios e práticas da sustentabilidade e da solidariedade. Quando da crise econômica de 1981/83, muitas indústrias, inclusive de grande porte, pediram concordata e entraram em processo falimentar. Naquele momento, a alternativa da economia solidária surgiu por meio de cooperativas de trabalhadores que assumiram a direção de várias indústrias que prosseguiram em seus negócios (Singer, 2002).

Em 2003, o Governo Federal criou no Ministério do Trabalho e Emprego a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como fruto de um longo processo de mobilização social e de várias experiências de políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas em estados e municípios. Essa secretaria tem o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

De acordo com a II Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES (2010), a organização do trabalho nos empreendimentos de economia solidária se caracteriza pelos seguintes elementos:

- a) a autogestão torna cada trabalhador consciente do seu papel no todo em que atua;
- b) a inteligência coletiva de trabalhadores está permanentemente a serviço do desenvolvimento do empreendimento econômico solidário e de seus sócios e sócias (inclusive porque todos os ganhos de produtividade e resultados do processo de produção são diretamente apropriados pelos mesmos);



c) há uma necessária vinculação ao território em que a atividade econômica solidária está inserida, levando ao respeito às especificidades e culturas regionais e ao meio ambiente onde é desenvolvida.

Dados do primeiro mapeamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), relativos ao ano de 2007, revelam a importância da economia solidária na geração de trabalho e renda. Nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) estão associados mais de 1,7 milhão de homens e mulheres, resultando em uma média de 84 participantes por empreendimento. A esse conjunto agregam-se mais 25 mil trabalhadores que possuem algum vínculo com os empreendimentos. Além disso, os EES estão distribuídos por todo o território nacional, tendo sido já mapeadas iniciativas em 2.934 municípios (52% do total). O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil (SIES, 2007).

A noção de Economia Solidária indica um direito a outra economia, que estabelece o reconhecimento de todas as formas de organização econômica baseadas na cooperação, no trabalho associado, na autogestão e na sustentabilidade. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes. Nesse sentido, o cooperativismo torna-se parte das possibilidades da economia solidária.

O cooperativismo valoriza a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia, buscando a prosperidade conjunta e não a individual. Em sua proposta, ele confronta uma sociedade que valoriza a divisão, o ter, o poder. Uma sociedade na qual há divisão em classes sociais, do poder, do dinheiro de forma injusta e desigual, do trabalho. O cooperativismo apresenta como premissas a promoção do desenvolvimento econômico e o bem-estar social, por meio da união das pessoas, sendo esse o seu maior capital (OCB, [n.d.]).

Para atuar em defesa do movimento cooperativista, foi criada em 1969 a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – entidade reconhecida como representante oficial do setor no país, que é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. Em 1971, ocorreu a regulamentação do segmento, com a sanção da Lei nº 5.764, na qual são especificadas as regras para a criação de cooperativas. O documento de base da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente considerava que o fato de a lei brasileira sobre o cooperativismo ser de 1971 tornava necessária a aprovação de uma nova lei, orientada a atender às demandas de sociedades cooperativas autênticas e alinhadas aos princípios e finalidades originais do cooperativismo. Entre outros fatores, o documento sugere que deveria ser garantido o direito à livre representação das

cooperativas, a redução do limite mínimo de 20 para sete sócios cooperados, com regime tributário e fiscal especial. Em outro detalhe importante, o documento sugeria a inclusão das cooperativas pequenas e mais frágeis no Supersimples, além de simplificar os procedimentos de registro e manutenção (CNETD, 2012).

No interesse deste artigo, as cooperativas de reciclagem inserem-se no ramo de Cooperativas de Trabalho e contribuem para evitar o desperdício, manter as cidades limpas, minimizar danos ambientais, além de gerar trabalho e renda. Com tais características, as cooperativas de reciclagem conectam-se conceitualmente às possibilidades da economia solidária e cooperativismo, geração de trabalho e renda.

Segundo Demajorovic e Bensen (2007) as primeiras cooperativas foram formadas a partir da década de 1990 e possibilitaram novas perspectivas de relação dos grupos de catadores com o poder público. Essas cooperativas deram aos catadores uma forma de inclusão social e resgate de sua cidadania, bem como a retirada dos catadores dos lixões e aterros.

Resíduos Sólidos Urbanos e Reciclagem

A preocupação mundial em relação aos problemas relacionados aos resíduos e ao meio ambiente consta do relatório final produzido na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO 92). Esse documento reforça um dos principais compromissos da humanidade para as futuras gerações, o de se conseguir uma forma de desenvolvimento que seja mais sustentável, conciliando justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental (Cavalcanti, 1995).

Segundo a Norma NBR 10.004/2004, os resíduos sólidos são definidos como resíduos nos estados sólidos, semissólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e varrição. Nessa definição ficam incluídos os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face de melhor tecnologia disponível.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT classificou os resíduos da seguinte forma:

- a) Classe I – são aqueles que em função de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade, podem apresentar risco à saúde pública, provocando ou contribuindo para o aumento de mortalidade ou incidência



de doenças e/ou apresentar efeitos adversos ao meio ambiente, quando manuseados ou dispostos de forma inadequada.

b) Classe II – Os considerados não inertes são aqueles que não se enquadram nas classificações de resíduos classe I e nem de classe III, podendo ter propriedades como combustividade, biodegradabilidade ou solubilidade em água.

c) Classe III – Os considerados inertes são aqueles que submetidos ao teste de solubilização (norma NBR 10.006 – Solubilidade de Resíduos – Procedimento) não tenham nenhum de seus constituintes solubilizados, em concentrações superiores aos padrões definidos na Listagem nº 8 – Padrões para o teste de solubilização da Norma (ABNT-NBR 10004, 2004).

O gerenciamento de resíduos sólidos está associado ao controle da geração, segregação, estocagem, coleta, transporte, processamento e disposição dos resíduos, de acordo com princípios ambientais, econômicos e de saúde pública (Tchobanoglous *et al.*, 1993).

A reciclagem de materiais significa o aproveitamento de materiais que, já tendo sido empregados na constituição de um produto, são novamente utilizados para a fabricação de outro para consumo. Caracteriza-se como o processo da reutilização de resíduos pós-consumo, como matéria-prima para fabricação de novos produtos. Nesse processo, a reciclagem implica a aplicação de processos de transformação, sejam eles industriais ou artesanais (Gripi, 2006).

A reciclabilidade dos produtos pós-consumo tem aumentado à medida que são desenvolvidas novas tecnologias para o reaproveitamento e geração de valor desses produtos. “Embora estejamos ainda na pré-infância da tecnologia de gestão da sustentabilidade corporativa, já existe razoável conhecimento sobre o assunto cobrindo as diferentes dimensões do tema, tanto no nível estratégico, tático e operacional” (Kruglianskas; Pinsky, 2014, p. 22).

Para o Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE (2015), a reciclagem se refere propriamente ao retorno dos resíduos para as indústrias, onde serão reprocessados e servirão para fabricar novos produtos. Esse processo não começa na reciclagem, mas numa etapa anterior, pois é preciso pôr em prática o consumo sustentável, reduzindo e reutilizando o máximo possível as embalagens e os produtos consumidos. Para isso, deve-se dar preferência aos produtos com menos embalagens ou que sejam reutilizáveis, facilmente recicláveis ou já reciclados.

Para desenvolver a atividade de reciclagem, o Brasil apresenta um número de catadores na área urbana na ordem de 70.449, sendo 5.636 pessoas com até 14 anos de idade, e 64.813 pessoas com mais de 14 anos de idade (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB de 2008). A maior concentração de

trabalhadores se dá na região Sudeste com 28.611 pessoas. São Paulo, por sua vez, apresenta um total de 13.409 pessoas, sendo que 12.807 têm mais de 14 anos de idade.

Ainda segundo a PNSB (2008), o Brasil possui um total de 1.175 cooperativas ou associações de catadores, com 30.390 catadores ligados a essas instituições. São Paulo possui 173 cooperativas ou associações de catadores, com 8.030 catadores ligados a essas instituições.

Calderoni (1998) comenta que a fase de coleta do lixo é de fundamental importância para a reciclagem, pois após a separação dos materiais na própria fonte geradora a coleta seletiva permite o tratamento prévio dos resíduos que serão encaminhados para o beneficiamento. Essa etapa facilita a reciclagem porque já limpa os materiais e consequentemente disponibiliza um maior potencial de reaproveitamento.

A gestão dos resíduos sólidos constitui-se em um problema emergente da sociedade moderna. “As ações antrópicas, produzem algum tipo de resíduo. Como agravante, pode-se citar o fato de que o acúmulo contínuo dos resíduos sólidos no decorrer do tempo aumenta seu volume e que a forma de disposição final desses resíduos é inadequada” (Gomes *et al.*, 2014, p. 97).

Os catadores de materiais recicláveis operacionalizam esse trabalho de forma incipiente, haja vista a própria gestão e infraestrutura precarizadas. As cooperativas que processam parte desse material estão sendo implantadas por todo o país, porém sua capacidade está aquém das reais necessidades de oferta de mercado. A falta de infraestrutura e de uma política de conscientização ambiental tem sido fator culminante dessa ineficiência (Magera, 2008).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, destaca a importância dos catadores e das cooperativas de reciclagem, a lei preconiza a destinação correta dos resíduos sólidos, orienta para o retorno dos produtos pós-consumo à cadeia produtiva e especifica que o poder público deve implementar a coleta seletiva com a participação de cooperativas e outras formas de associação de catadores formadas por pessoas de baixa renda (Brasil, 2010). Outro ponto relevante para a classe de catadores foi o reconhecimento da profissão de Catador de Material Reciclável pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002.

O município que considera os catadores na matriz da coleta seletiva é priorizado para acesso aos recursos da União. O Decreto nº 5.940/2006, “que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta ou indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis”, antecedeu a PNRS, que é de 2010.



“A contratação das organizações de catadores para a prestação do serviço ainda não foi incorporada enquanto prática, colocando a maioria dessas iniciativas no âmbito de projetos ambientais e de inclusão social.” Quando oficializadas, acontecem, na maior parte dos municípios, por meio de convênios, instrumentos que apresentam fragilidade legal (BESEN, 2014, p. 255).

Os catadores realizam uma atividade relevante para a sociedade e o meio ambiente, e o reconhecimento dos catadores como um dos principais elementos da PNRS foi fundamental (Demajorovic; Bensen e Rathsam, 2004). Tornar-se catador é uma maneira digna de obter renda, como uma profissão que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo social e do trabalho.

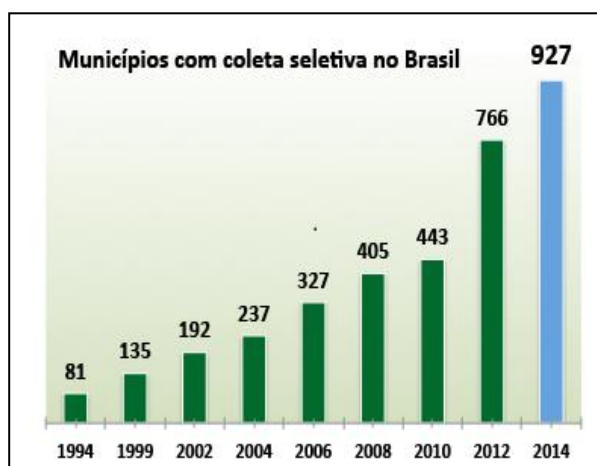
A falta de oportunidades no mercado de trabalho, aliada à pouca capacitação e/ou escolaridade, contribui para o crescente número de catadores na busca de meios de sobrevivência, que na maioria das

vezes não encontram outro caminho a não ser viver das sobras, da coleta de materiais recicláveis (Godoy, 2005).

Os catadores exercem um papel fundamental dentro da cadeia de resíduos, são responsáveis, em alguma medida, por facilitar a destinação dos resíduos fomentando a indústria da reciclagem. Separando o material, eles retiram do meio ambiente quantidades de resíduos sólidos para a reciclagem industrial (Bastos e Araújo, 2015).

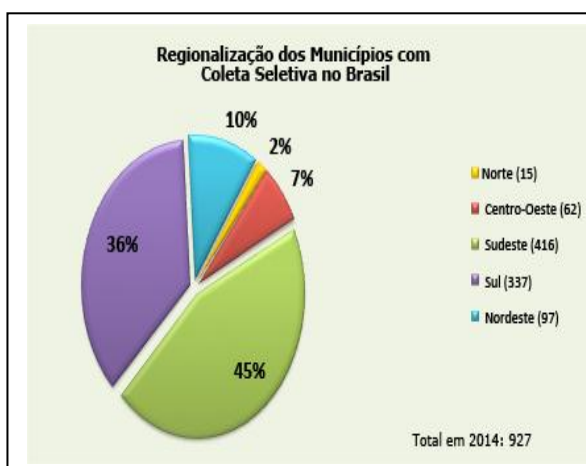
Para Gouveia (2012), os catadores são considerados um elo importantíssimo da indústria de reciclagem, pois esses grupos vêm realizando um trabalho de grande importância ambiental, atuando de maneira informal ou organizados em formas de cooperativas ou associações, colaborando significativamente para o retorno de diversos tipos de materiais para o ciclo produtivo, gerando economia de energia e de matéria-prima, evitando assim que esses materiais sejam destinados a aterros.

Gráfico 1 – Municípios com coleta seletiva no Brasil



Fonte: CEMPRE (2015)

Gráfico 2 – Regionalização dos municípios com coleta seletiva no Brasil



Fonte: CEMPRE (2015)

Segundo o CEMPRE (2015), apenas 927 municípios brasileiros (cerca de 17% do total) operam programas de coleta seletiva. A concentração dos programas municipais de coleta seletiva permanece nas regiões Sudeste e Sul do País. Do total de municípios brasileiros que realizam esse serviço, 81% estão situados nessas regiões.

Em 2011, o Brasil reciclou 511 mil toneladas de alumínio. A relação entre esse volume e o consumo doméstico de alumínio indica um percentual de 35,2%, que é superior a média mundial de 28,3% (base 2010). Na reciclagem de latas de alumínio para bebidas, em 2011, o País reciclou 248,7 mil toneladas de sucata de lata, o que corresponde a 18,4 bilhões de unidades, ou 50,4 milhões por dia ou 2,1 milhões por hora. Pelo décimo primeiro ano consecutivo, o país

lidera a reciclagem de latas de alumínio para bebidas, entre os países em que a atividade não é obrigatória por lei, como no Japão, que em 2011 reciclou 92,6% de latas, Argentina (91,1%) e Estados Unidos (65,1%), e entre países europeus, cuja legislação sobre reciclagem de materiais é bastante rígida, e apresentaram um índice médio de 66,7% (dado de 2010) (ABAL, 2012).

No tocante às garrafas PET, 58,9% das embalagens pós-consumo foram efetivamente recicladas em 2012, totalizando 331 mil toneladas. As garrafas são recuperadas principalmente por meio de catadores e cooperativas, além de fábricas e da coleta seletiva operada por municípios (ABIPET, 2011).

O papel, além de ser de origem renovável, está entre os produtos que apresentam taxa positiva de



reciclagem no Brasil. No total, 45,5% de todos os papéis que circularam no País, em 2011, foram encaminhados à reciclagem (BRACELPA, 2012).

Os produtos feitos com vidro no Brasil correspondem em média a 3% dos resíduos urbanos. Em São Paulo o peso do vidro corresponde a 1,5 % do total do resíduo urbano. A representatividade do vidro nos programas de coleta seletiva estava na ordem de 13% dos materiais selecionados em 2008 (ABIVIDRO, 2011).

Embora a reciclagem seja de grande valor em termos da conservação de recursos, ela pode envolver trabalhos poluentes, indesejáveis e até mesmo perigosos e insalubres, além de frequentemente mal remunerados. Em muitos países em desenvolvimento, o trabalho de reciclagem é realizado por uma rede informal de catadores, que recolhem materiais recicláveis como um meio de vida. De toda a massa coletada de forma seletiva, 33,3% foi realizada por associações/cooperativas de catadores que somam 818 entidades distribuídas por 547 municípios, abrangendo 22.412 catadores a elas vinculados (SNIS, 2013).

A criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC foi viabilizada por meio do Decreto nº 7.405/10. A finalidade do Comitê é integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (MMA, [n.d.]).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é exploratória e ocorreu por meio de um estudo de caso em duas cooperativas de Santo André (SP), a Coopcicla e a Coop Cidade Limpa. O município foi escolhido por apresentar uma cobertura de 100% da população atendida por meio da coleta seletiva e as cooperativas, por apresentarem mais de 10 anos de constituição, agregando assim uma experiência importante e capaz de absorver uma parcela de trabalhadores à margem do mercado de trabalho.

O estudo de caso ocorreu em profundidade, o que permitiu o amplo conhecimento, conforme preconiza Gil (2009).

Foram entrevistados dois gestores, dentre eles fundadores, e outros sete cooperados em cada cooperativa, totalizando 18 entrevistas, as quais ocorreram a partir de roteiros semiestruturados (Manzini, 2004).

O roteiro das entrevistas foi organizado em três partes: a) situação socioeconômica (motivação pela procura da cooperativa, idade média entre os cooperados, escolaridade, atividade anterior e rendimento mensal);

b) relações com a cooperativa (relacionamento entre os cooperados e a cooperativa, entendimento dos preceitos do cooperativismo, treinamentos recebidos e a efetividade de participação no processo de gestão); c) parcerias (apoio de empresas e poder público, participação em eventos sociais e comunitários e recebimento de doações de materiais recicláveis provenientes das empresas).

A entrevista semiestruturada foi aplicada para os cooperados nas diversas atividades, selecionados em seu local de trabalho. As questões estavam relacionadas com a história do cooperado, desde o seu ingresso na organização até a data da realização da pesquisa, e procurou-se conhecer a percepção do entrevistado sobre a relação desse tipo de trabalho com a inclusão social.

A observação como instrumento de coleta de dados trouxe importantes informações, as quais vêm corroborar os documentos analisados; entretanto, ao analisar-se as falas das entrevistas, nem sempre condiziam com as observações *in loco*, especialmente no que se refere à estrutura física e condições de trabalho.

A pesquisa foi aprofundada na coleta de dados, incluindo-se fotos e gravações. A filmagem captou sons e imagens de muitos aspectos que puderam ser confrontados com as falas e com os documentos analisados, concedendo maior fidedignidade ao processo, seguindo-se as orientações de Pinheiro, Kakehashi e Angelo (2005). Sendo assim, o uso do vídeo permitiu maior grau de exatidão na coleta e análise de informações, uma comprovação frente aos tradicionais questionamentos da subjetividade da pesquisa qualitativa.

O estudo abrangeu ainda a análise e exame de registros documentais das duas cooperativas. Houve observação sistêmica durante o processo de atividades desenvolvidas pelos cooperados durante a realização dos trabalhos cotidianos.

A pesquisa documental teve a finalidade de demonstrar a legitimidade das cooperativas e a observância dos preceitos legais peculiares às sociedades cooperativas, com base na observação dos seguintes documentos e conteúdo:

- ✓ Ata de constituição: o quórum de instalação, os assuntos discutidos e os registros nos órgãos competentes;
- ✓ Estatutos sociais: os objetivos sociais, a obediência às normas regulamentares e as formas de admissão e demissão ou exclusão de cooperados;
- ✓ Atas de reuniões: a frequência, pertinência e relevância da pauta e o interesse dos cooperados em participar do processo de autogestão da cooperativa;

A análise dos fatores abordados nas entrevistas realizou-se de forma comparativa, com a finalidade de avaliá-los conjuntamente, apontando



suas peculiaridades e destacando sua importância na geração de trabalho e renda, inclusão social e preservação do meio ambiente.

ANÁLISE DE DADOS

Apresenta-se aqui o contexto da pesquisa tomando por base a atuação das cooperativas e as características da atuação das políticas públicas da prefeitura de Santo André. São apresentados também os resultados da pesquisa junto às cooperativas.

O Contexto da Pesquisa – Santo André: características e Políticas Públicas

Conforme demonstra a tabela 1, Santo André – município que compõe a região metropolitana de São Paulo – possui indicadores expressivos tanto em termos econômicos quanto em relação à cobertura de alguns dos seus principais serviços públicos. A área do município é de 174 km², dos quais 50% estão em área ambientalmente protegida. A Coleta Seletiva começou a ser implementada em 1997, com o trabalho piloto em alguns bairros e espaços públicos.

Tabela 1: Dados de Santo André

Localização: 18 km de São Paulo
Área total: 174,38 km ²
População - 2010: 676.407 habitantes
Total de Empresas - 2010: 2.249 indústrias, 19.573 estabelecimentos comerciais e 32.108 prestadores de serviços.
Domicílios - 2010: 239.634 (particulares permanentes)
Frota de veículos em 2010: 459.600
Índice Paulista Responsabilidade Social (IPRS): Grupo I - elevado nível de riqueza, escolaridade e longevidade.
IDH-M: 0,835- 24º lugar no ranking do Estado de São Paulo
Renda per capita anual - 2008: R\$ 22.638 (valores de 2010)
Orçamento de 2010: 1,96 bilhão
PIB - 2008: R\$ 15,20 bilhões (valores de 2010)
Empregados formais - 2010: 193.991
Potencial de consumo - 2010: R\$ 14,3 bilhões
Exportações (2010): US\$ 669,69 milhões
Importações (2010): US\$ 662,56 milhões
Estabelecimentos de ensino: Fundamental: 223, Médio: 98 e Superior: 12
Acesso à rede de água: 98% da população
Acesso à rede de esgoto: 96% da população
Acesso à coleta de resíduos sólidos: 100% da população

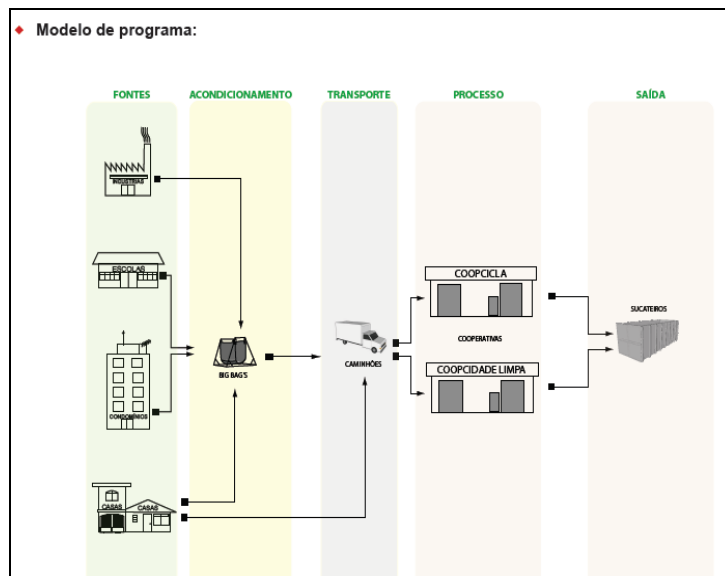
Fonte: Anuário Santo André (2012).

O Serviço Municipal de Saneamento Ambiental – SEMASA é uma autarquia pública de economia mista que a partir de 1997 mudou seu Estatuto, e acrescentou aos serviços prestados a limpeza, drenagem, gestão ambiental e defesa civil. A Coleta Seletiva no município começou em 1997, e

teve seu projeto piloto iniciado em 1998 no Bairro Vila Pires. Santo André possui seu próprio aterro sanitário, local onde fica a central de tratamento de resíduos sólidos. A coleta seletiva atual abrange 100% da população.



Figura 1: Modelo do Programa



Fonte: Os autores.

A modalidade de coleta de resíduos é do tipo porta-a-porta, quando é feito o recolhimento de resíduos em duas grandes categorias: os resíduos úmidos (denominação utilizada para o resíduo orgânico) e secos (resíduos recicláveis). As coletas ocorrem em dias alternados para cada tipo de resíduo.

No tocante à educação ambiental, primeiro houve um trabalho de informações e conscientização aos professores da rede pública, para que eles

exercessem a função de multiplicadores, abrangendo as escolas municipais e posteriormente as estaduais. Os professores contaram com livros (distribuídos pelo SEMASA em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação) e cursos de capacitação. A cidade mantém um projeto chamado Parque Escola, onde há oficinas e cursos para a educação ambiental e recreação da população, atingindo todas as faixas etárias.

Tabela 2: Resíduos Sólidos de Santo André

Estações de Coleta e Postos de Entrega Voluntária	
Operadas por funcionários do SEMASA	0 estações de coleta
Operadas por funcionários da Empreiteira	15 estações de coleta
Postos de Entrega Voluntária (PEV)	351 PEV (em locais abertos)
Quantidade de materiais recebidos nas Estações de Coleta	
Secos	1.412,39 ton.
RDC (inertes, podas, entulho)	32.368,52 ton.
Madeira	48.000 m ³
Lâmpadas	3.126,59 ton.
Pilhas e baterias	5,86 ton.
Pneus	1.066,61 ton.
Totais da Coleta Seletiva (em toneladas)	
Estações de coleta	1.412,39 ton.
Porta a porta	6.263,50 ton.
Grandes Geradores	519,32 ton.
Quantidade comercializada	
CoopCicla	2.904,58 ton.
Coop Cidade Limpa	1.345,16 ton.
Coleta de Resíduos Sólidos	
Úmidos	219.982,33 ton.
Secos	8.730,93 ton.
Resíduos Sólidos de Saúde	1.456,03 ton.



Aterro Sanitário		
Resíduos Úmidos	219.978,22 ton.	
Resíduos Sólidos de Saúde	1.418,29 ton. (tratado)	
Resíduos de Grandes Geradores	4,11 ton.	
Rejeito das Cooperativas	4.187,19 ton.	
Rejeito da Triagem de Madeira	175,98 ton.	
Distribuição da Coleta do Lixo Diário em Santo André - 2009/2013		
Percentual da população atendida	100,0	100,0
Nº de funcionários na coleta	191	367
Lixo coletado ton./dia	588,2	963,2
Lixo domiciliar ton./dia	522,6	611,05
Lixo hospitalar ton./dia	7,9	4,0
Lixo industrial ton./dia	1,0	1,0
Lixo reciclável ton./dia	16,4	24,3
Lixo municipal ton./dia	23,4	219,8
Produção de lixo per capita /dia (g.)	1.700,0	1.452,7

Fonte: Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (2015).

Os dados dessa tabela revelam que Santo André já se destacaria na região pelo detalhamento e disponibilidade da informação em si. Além disso, sabe-se por contatos com o SEMASA e outros atores vinculados ao tema que os indicadores físicos de coleta e reciclagem encontram-se acima do registrado em média para outras cidades do Grande ABC.

O SEMASA pratica a coleta diferenciada (separação de resíduos secos e úmidos) por intermédio da modalidade porta-a-porta, coleta seletiva (segregação nas quatro categorias: papel, plástico, vidro e metal) e coleta comunitária, possuindo estações de reciclagem, com vistas ao tratamento e aproveitamento dos resíduos enquanto matéria-prima. Também disponibiliza para a população de Santo André mais de 200 endereços pela cidade equipados com os PEVs (Postos de Entrega Voluntária), compostos por um saco de rafia especialmente desenvolvido para receber resíduos secos da coleta seletiva e alocados em locais estratégicos de movimento de pessoas, como parques, supermercados, escolas e outros estabelecimentos.

Observa-se a expressividade dos totais da coleta seletiva (ton.), nas estações de coleta: 1.412,39 ton., no porta-a-porta: 6.263,50 ton. Os resíduos recicláveis são encaminhados e comercializados pelas duas cooperativas localizadas no centro de resíduos sólidos, a quantidade de 2.904,58 ton. pela “Coopcicla”, a primeira cooperativa de Santo André, e 1.345,16 ton. pela “Coop Cidade Limpa”, resíduos esses que voltam à cadeia produtiva por meio da reciclagem.

As cooperativas Coopcicla e Coop Cidade Limpa foram analisadas no município de Santo André (SP), onde se organizaram como alternativa ao desemprego e subemprego, haja vista, naquele momento, não existir oportunidades de emprego e capacitação para gerar novas oportunidades de trabalho na região, estando esses trabalhadores, assim,

vulneráveis e distantes de um trabalho decente, conforme visto no referencial teórico desta pesquisa.

As cooperativas foram montadas com o auxílio da Prefeitura, que empregam pessoas atendidas por projetos sociais de reintegração como dependentes químicos e moradores de rua. A gestão financeira dessas cooperativas é autônoma.

A diferenciação entre as cooperativas se dá por conta das características do grupo, do projeto de origem e pelo caminho que foram construídos em termos de destino da produção. As cooperativas possuem estatutos, atas de assembleias, regimento interno com normas de funcionamento e promovem a inclusão de novos cooperados para atender ao aumento da demanda de trabalho. A pesquisa documental revelou que os projetos de constituição das cooperativas foram bem estruturados, os eventos foram todos registrados e arquivados.

Observou-se que, em escalas e graus diversos, muitos dos elementos de solidariedade encontram-se presentes, indicando perspectivas e possíveis tendências de evolução.

A **Coopcicla** – Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem realiza o trabalho de triagem e reciclagem de materiais no aterro municipal de Santo André; fundada em 1999 com apenas vinte sócios, completou dezesseis anos de existência em 2015. Nesse período ajudou a promover a geração de renda de forma sustentável, contribuindo para o desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental, hoje conta com 28 membros. Para a presidente e fundadora da cooperativa, as tarefas realizadas diariamente são tão importantes para as pessoas quanto para o meio ambiente. “As pessoas veem aqui uma oportunidade de ter uma renda familiar e poder fazer a diferença por um mundo melhor. Somos verdadeiros agentes ambientais.” Ela acrescenta que nos primeiros 45 dias de trabalho, quando da fundação, eles não tinham expectativa nenhuma de obter algum lucro. Prova disso, segundo a



presidente, é que o máximo conseguido na ocasião foi uma cesta básica para cada um dos vinte sócios. “Após esses 45 dias nós começamos a conseguir guardar dinheiro em caixa e hoje temos uma renda média mensal em torno de R\$ 400,00”, comemora.

A **Coop Cidade Limpa** existe desde 2000 e recebe os resíduos recicláveis provenientes da coleta pública seletiva e de cinco estações de coleta, contendo entre os materiais mais recebidos, sobretudo, plásticos e papelões. A média diária de todo o resíduo recebido é de dez toneladas. A cooperativa conta com 28 cooperados, que estão divididos entre as funções administrativa, financeira e de produção. O resíduo recebido é separado por categorias como vidros, plásticos e papel, depois são compactados e encaminhados para a comercialização.

Cooperado desde junho de 2000, o diretor financeiro relembra que 25 pessoas desempregadas se reuniram na sede comunitária do Parque João Ramalho e decidiram fundar a cooperativa. Ele conta que, à época, o motivo para formação da cooperativa foi a situação geral de desemprego na região do ABC e a oportunidade oferecida pelo início da coleta seletiva no município de Santo André.

O grupo mais antigo, que começou na cooperativa, é constituído por oito a dez pessoas. Há relativa rotatividade de cooperados e, à medida que um sai, outro é admitido com os mesmos direitos daquele que já está há mais tempo.

De acordo com o livro de matrícula, a cooperativa tinha, até janeiro/2011, 139 cooperados e, com base em livros de matrícula anteriores, já passaram pela cooperativa 440 sócios. No início da formação, os cooperados tiveram curso de cooperativismo de 240 horas, sem custo para a cooperativa. O curso foi viabilizado por meio da incubadora de cooperativas.

A renda mensal dos cooperados está na ordem de R\$ 400,00 a R\$ 600,00. No auge da coleta seletiva em 2002, chegaram a obter rendimentos da ordem de R\$ 1.000,00.

Em fevereiro de 2015 foi inaugurada a Central de Triagem de Resíduos Sólidos – Unidade São Jorge, constituída por dois galpões, com 1.055 m² cada, administrados pelas duas cooperativas, parceiras do município no programa de coleta seletiva. Cada galpão foi equipado com esteiras elevadas, além de prensas, balanças eletrônicas, empilhadeiras e carrinhos para o transporte dos resíduos, além de vestiários adequados, refeitórios e área de convivência (SEMASA, 2015).

Na entrevista, os responsáveis apontaram que a falta de manutenção da educação ambiental da população e a interferência provocada pela coleta paralela (aquela que se antecipa à coleta oficial), realizada pelos catadores, ou donos de ferros-velhos, como os principais responsáveis pelo decréscimo do valor obtido para cada cooperado.

As respostas obtidas permitiram a seguinte análise:

- ✓ A maioria dos entrevistados nunca tinha participado de uma cooperativa;
- ✓ Houve a mudança de suas vidas, destacando as condições de sustento e aceitação pela sociedade;
- ✓ Encontraram na cooperativa uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho;
- ✓ Os cooperados passaram a considerar que a cooperativa tem uma função social, ambiental e econômica mais abrangente que apenas oportunidade de trabalho;

Nos aspectos relativos à doutrina cooperativista destacam-se:

- ✓ Autogestão

A falta de escolaridade e a dificuldade na gestão prejudicam o desenvolvimento do processo. Mesmo assim, os resultados têm conseguido avanços nesse sentido.

- ✓ Sustentabilidade

As cooperativas dependem do apoio do poder público em infraestrutura e encaminhamento dos materiais recicláveis. Esses resíduos provêm da coleta porta-a-porta, realizada por caminhões, das estações de coleta e também de doações de empresas parceiras. A Coopcicla é uma cooperativa maior em estrutura física, a Coop Cidade Limpa adquiriu um veículo para a locomoção dos cooperados (os que residem muito longe).

- ✓ Efeitos socioeconômicos

Observou-se a melhoria da renda, o resgate da autoestima, autoconfiança e a integração social dos cooperados, desenvolvendo suas capacidades de expressão, de juízo de valor e de participação da vida social, contribuindo para a construção da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi verificar as contribuições do cooperativismo para a geração de trabalho e renda, proporcionando a transformação social e o resgate da cidadania, à luz das premissas do trabalho decente. As cooperativas, legalmente constituídas, mostraram-se uma opção viável de geração de trabalho e renda.

O estabelecimento de políticas públicas de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos (PNRS) foi importante para o desenvolvimento das cooperativas analisadas, fazendo as ações fluírem com maior facilidade, e a sociedade civil foi envolvida sem conflitos.

Por entenderem que o cooperativismo é uma alternativa ao alcance de todos, as empresas parceiras encaminham os resíduos recicláveis para as cooperativas, reconhecendo nelas a parceria para a sustentabilidade.



Vale destacar que os cooperados afirmam que as condições de vida melhoraram depois de eles integrarem a cooperativa. Para os fundadores, é a realização de um sonho após muitas dificuldades, mesmo considerando os problemas acerca das necessidades básicas que envolvem esse tipo de trabalho. Na percepção dos cooperados, esse trabalho é positivo, se comparado com sua realidade anterior.

Considerando os aspectos negativos, destacam-se a heterogeneidade de concepções e práticas organizacionais, tanto entre as cooperativas como entre os membros da mesma cooperativa; assim como a dependência do poder público, a impossibilidade de ganho em escala e a inserção de poucas pessoas, haja vista a baixa remuneração.

As potencialidades dessas experiências vão além da dimensão econômica, afirmam-se enquanto estratégia estruturadora de políticas públicas alinhadas ao conceito de sustentabilidade, são formas de trabalho diferenciadas na medida em que buscam a cidadania e a realização humana.

Procurou-se compor um quadro em que se pudesse compreender o discurso teórico e a realidade prática sobre o papel das cooperativas entendidas como organizações que constroem novas relações de trabalho com o mercado, gerando trabalho e renda. Foram explicitados a dinâmica, a complexidade, os

conflitos e as dificuldades existentes no trabalho associado em cooperativas. É importante destacar que os conceitos de trabalho decente são úteis como termos de comparação às condições de trabalho encontradas na pesquisa. No estudo realizado, pôde-se constatar que as cooperativas representam saídas importantes para a questão do trabalho.

Ressalta-se como um dos resultados principais da pesquisa o sentimento de satisfação de fazer parte da cooperativa e informar sem nenhuma reserva que a cooperação trouxe inúmeros benefícios, sendo o mais importante de todos o fato de o cooperado resgatar o seu lugar de cidadão, de ter renda mensal garantida pelo esforço conjunto, o sentimento de pertencer e trazer resultados positivos para a comunidade e ao meio ambiente.

A economia não oferece oportunidade equânime para a sobrevivência de pessoas que estão em condições de desigualdade social, mas observa-se que elas encontraram no cooperativismo uma forma de viver, potencializando ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos. Dessa maneira, constata-se um resgate da cidadania e promoção do desenvolvimento econômico, ambiental e social pelo apoio de políticas públicas municipais necessárias ao sucesso da cooperativa.

REFERÊNCIAS

ABAL – Associação Brasileira do Alumínio. *Reciclagem no Brasil* (2012). Disponível em: <<http://www.abal.org.br/reciclagem/brasil.asp>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

ABIPET – Associação Brasileira da Indústria do Pet. *8º Censo da Reciclagem de PET no Brasil* (2011). Disponível em: <<http://www.abipet.org.br/index.html?method=mostrarDownloads&categoria.id=3>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

ABIVIDRO – Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro. *Reciclagem no Brasil* (2011). Disponível em: <<http://www.abividro.org.br/reciclagem-abividro/reciclagem-no-brasil>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 10004* (2004). Comissão de estudo de documentação. Normas brasileiras em documentação. Rio de Janeiro.

Anuário de Santo André. *Prefeitura de Santo André* (2011). Disponível em: <<http://www2.santoandre.sp.gov.br/sites/default/files/anuario2012web.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

Bastos, H. M.; Araújo, G. C. (2015). Cidadania, empreendedorismo social e economia solidária no contexto dos catadores cooperados de materiais recicláveis. *Revista Capital Científico - Eletrônica*, 13(4), 62-79.

Besen, G. R. Coleta seletiva e organizações de catadores de materiais recicláveis. In: *Resíduos Sólidos no Brasil: Oportunidades e desafios da Lei Federal nº 12.305/2010 (Lei de Resíduos Sólidos)*. (2014). Toneto Júnior, R.; Saiani, C. C. S.; Dourado, J. Barueri, SP: Minha Editora.

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel (2012). *Reciclagem de papel*. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/172>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

Brasil. Lei nº 5764/1971. *Política Nacional do Cooperativismo*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.

Brasil. Lei nº 12.305/10. *Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)* (2010). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm>. Acesso em: 11 out. 2015.

Calderoni, S. *Os bilhões perdidos no lixo* (1998). São Paulo: Humanistas.



Cavalcanti, C. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável* (1995). São Paulo: Cortez Editora.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. *Ciclosoft* (2010). Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclosoft/id/2>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CONAES – II Conferência Nacional de Economia Solidária (2010). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf>. Acesso em: 6 out. 2014.

Demajorovic, J., Bensen, G. R., Rathsam, A. A. Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado (2004). In: ENCONTRO ANPPAS, 2, Indaiatuba, São Paulo, 2004. *Anais...* São Paulo: ANPPAS.

Demajorovic, J., Besen, G. R. Gestão compartilhada de resíduos sólidos: avanços e desafios para a sustentabilidade (2007). In: ENCONTRO DA ANPAD, 31, Rio de Janeiro, 2007. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD.

DIEESE/SEADE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego* (2010). Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ped/abc/>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa* (2009). 4ª ed. 12ª reimpr. São Paulo: Atlas.

Godoy, T. M. P. *O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis: usos e contradições*. 150f. (2005). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade do Estadual Paulista, Rio Claro, 2005. Disponível em: <http://necbrazil.com.br/pdf_pesquisa/O_espaco_da_producao_solidaria_dos_catadores.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015

Gomes, M. H. S. C.; Oliveira, E. C.; Bresciani, L. P.; Pereira, R. P. Política Nacional de Resíduos Sólidos: perspectivas de cumprimento da Lei 12.305/2010 nos municípios brasileiros, municípios paulistas e municípios da região do ABC. *Revista de Administração da UFSM* (2014). v. 7, n. esp., p. 93-110.

Gouveia, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social (2012). *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/630/63023390015.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

Grippi, S. *Lixo – Reciclagem e sua história: Guia para as prefeituras brasileiras* (2006). 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência.

Hisatugo, E. Y. *Coleta Seletiva e Reciclagem como Instrumentos para conservação ambiental: Um estudo de Caso de Uberlândia, MG, Brasil* (2006). (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNSB. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico* (2008). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pnsb2008/default.shtm>> Acesso em: 12 dez. 2014.

ILO – International Labour Office, International Institute for Labour Studies. *World of work report 2012: Better jobs for a better economy* (2012). Geneva: ILO.

Kruglianskas, I.; Pinsky, V. C. *Gestão estratégica da sustentabilidade: experiências brasileiras*. (2014). 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Lajolo, R. D. (coord.) *Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis – Guia para implantação* (2003). São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas – Sebrae.

Magera, M. A reciclagem dos resíduos sólidos urbanos e o uso das cooperativas de reciclagem – uma alternativa aos problemas do meio ambiente: juventude, educação e cooperativismo (2008). In: Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo. Ribeirão Preto, *Anais...* São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/043-magera.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

Manzini, E. J. *Entrevista: definição e classificação* (2004). Marília: Unesp.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. *Cidades Sustentáveis* (n.d.). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaeis/comite-interministerial-para-inclusao-dos-catadores>>. Acesso em: 21 dez 2014.

Muçouçah, P. S. *Empregos Verdes no Brasil: quantos são, onde estão e como evoluirão nos próximos anos* (2009). Organização Internacional do Trabalho. Brasil: OIT.



OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. *Cooperativismo* (n.d.). Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. CNETD – *I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente* (2012). Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/i-conferencia-nacional-de-emprego-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios* (2001). Editado Armand Pereira; em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana – 1. ed. Brasília: OIT.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Trabalho Decente* (n.d.). Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

Pinheiro, E. M.; Kakehashi, T. Y.; Angelo, M. *O uso de filmagem em pesquisas qualitativas* (2005). *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 5, p. 717-722.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Empregos Verdes: Trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono* (2008). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/green_job/pub/empregos_verdes_rumos_257.pdf>. Acesso em: 02 out. 2015.

SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André. *Cooperativas de Reciclagem*. Disponível em: <<http://www2.semasa.sp.gov.br/node/95>>. Acesso em: 02 out. 2015.

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Ecosolidária* (2007). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

Singer, P. *Introdução à economia solidária* (2002). São Paulo: Perseu Abramo.

Singer, P.; Souza, A. R. *A economia solidária do Brasil* (2003). São Paulo: Contexto.

Tchobanoglous, G. T.; Theisen, H.; Vigil, S. A. *Integrated solid waste management. Engineering principles and management issues* (1993). New York: McGraw-Hill.